



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



OSÓRIO, RS, 26 DE JUNHO DE 1998

Meu querido amigo, Governador Antônio Britto; Meus Ministros dos Transportes, Eliseu Padilha, da Agricultura, Francisco Turra, que são representantes do Rio Grande do Sul no Ministério; Meu caro companheiro José Fogaça; Deputados; Prefeito Alceu Moreira da Silva, que é o Prefeito desta cidade tão agradável de Osório; Prefeitos, Prefeitas, Vereadores; Presidentes de partidos; Enfim, tantos amigos aqui,

É muito difícil falar depois do Governador Antônio Britto. É quase impossível, porque o Governador Britto, além das qualidades que nós todos conhecemos nele, de administrador, é homem que sabe tomar posições firmes e que tem rumo.

Ele disse que nós estamos traçando um rumo para o Brasil. Estamos, mas com ele, junto dele, que é uma pessoa que se caracteriza por essa capacidade de decidir. Ele leva sobre mim várias vantagens, mas tem uma em que é imbatível. Primeiro, ele trabalhou na televisão. Segundo, ele fala com uma propriedade extraordinária. Terceiro, com um entusiasmo que é difícil de imitar. Então, só me resta, ao agradecer, pedir desculpas por falar num tom coloquial, porque não sou capaz de fazer

um discurso com essa veemência, com essa força do Governador Britto, mas adiro ao que ele disse, imediatamente. Estou com ele e não abro.

Quero dizer a vocês todos que aqui estão, em Osório, que, em primeiro lugar, a responsabilidade de ser Presidente da República, que é imensa, que é desafiadora, não diminui em mim a vontade de servir ao Brasil, nem me atemorizou, nem me desanimou, nem me deixou sem energias físicas. Tenho andado por este país todo. Dizia, há pouco, a alguns deputados que, na última contagem que nós fizemos, eu tinha feito, nesses três anos e meio, 145 viagens de trabalho no Brasil, e 40 e poucas ao exterior. É muita viagem. Mas essas viagens permitem que o Presidente sinta o País. E, ao sentir o País, permitem aumentar aquilo que o Governador Britto queria: a minha confiança no futuro deste país.

Tenho andado em toda parte: Roraima, Pará, Amazonas, Goiás, Mato Grosso, Santa Catarina, São Paulo, Minas, Rio, enfim, toda parte. E, por todo lado, vê-se a mesma coisa. O que se vê nesse nosso país? Claro que existe um renascimento, digamos, até físico, do Brasil.

Aqui perto, no porto do Rio Grande, o Ministro Padilha dizia, há pouco, que o Governo Federal colocou, não sei, 150 milhões de reais – são tantos milhões que não sei. O Governador Britto disse que uma boa parte desses milhões está dentro do mar, é pedra dentro do mar, que é para permitir que o canal seja mais estável e mais profundo, para que nós tenhamos um canal de 18 metros de profundidade para que possamos, realmente, transformar o porto do Rio Grande num grande entreposto do Mercosul. Ele foi privatizado.

Outro dia, o Governador Britto privatizou o que restava da CRT–Companhia Rio-Grandense de Telecomunicações. Algumas pessoas de mentalidade retrógrada disseram: “Meu Deus, foi embora.” Foi embora o quê? Os telefones estão aqui, serão mais numerosos do que são hoje e serão muito mais numerosos do que jamais foram na nossa história. Nada foi embora. Foi embora o déficit, foi embora a responsabilidade do Governo de ter que colocar dinheiro que não tem para ampliar serviço e ele ou não amplia e, portanto, o povo não é bem atendido, ou amplia e o povo paga sob a forma de inflação. E, ao trocar esse déficit

futuro, eventual, por algum recurso, foi possível fazer muita coisa, como tem sido feito no Rio Grande.

Nós estamos vindo da visita, em Gravataí, à fábrica da General Motors. Vale a pena ver. Eu já tinha sobrevoado com o Britto, porque é uma obra imensa, e lá vão se acoplar 20 ou 19 empresas produtoras de peças, algumas das quais gaúchas. Isso vai se multiplicando.

O Governador disse uma coisa que é boa. Ele disse que é como uma pedra que se joga na lagoa e que vai reproduzindo aqui, ali e acolá aquelas ondas de água que são favoráveis. Dentro de pouco tempo, vamos fazer a mesma coisa com Guaíba, na fábrica da Ford.

Nós multiplicamos a capacidade energética do Rio Grande, retomamos as usinas do Jacuí. Nós estamos, agora, terminando com mais uma daquelas listas famosas que há anos, desde que eu era Ministro da Fazenda, que era eu Ministro do Exterior, ouvia reclamação: Candiota. Candiota vai estar aí, a licitação está aí.

Outro dia, fui a Uruguaiana com o Governador Britto e com outros companheiros. Estamos fazendo o quê? Uma usina termelétrica a gás. Gás que vem da Argentina. No outro dia, voltei a Uruguaiana para inaugurar uma ponte. Aí, não foi em Uruguaiana, foi em São Borja. São Borja, São Tomé, mais uma ponte.

Agora, estamos aqui por causa da BR-101, a ligação com Santa Catarina. Essa ligação vai se prolongar. Vamos ter, quem sabe, alguma estrada para o Uruguai. Já temos a BR-290, que vai lá para Uruguaiana. A interligação física do Rio Grande – portos, estradas, energia, indústrias.

Poderia dizer sobre quase todos os estados do Brasil algo semelhante ao que estou dizendo sobre o Rio Grande do Sul. Sobre quase todos os estados do Brasil. Em todos, existe uma obra marcante, pela qual o estado ansiava, há dezenas de anos, e que não tinha sido feita e que ou já está feita, ou está sendo feita. E o que não está nem feita nem sendo feita está no Brasil em Ação número 2, porque é o Brasil do futuro que vai se sentir, crescentemente, presente, na ação de governo.

Então, isso existe. Não é estabilidade da moeda só, não – a estabilidade é necessária –, é condição para isso. Aqui, muitos já foram prefeitos, ministros, vários já foram ministros. Alguns foram ministros, como é o

caso do próprio Governador Britto, durante o regime de inflação. Não se podia planejar nada, era ao deus-dará. Faz-se uma coisa hoje, desfaz-se amanhã, não sabe se tem recurso, tem interrupção, não há previsão, não há capacidade de planejamento. É um país ao léu. E, é claro que, num país ao léu, a demagogia impera, e os “fazedores de promessa”, de repente, abiscoitam parte do poder público.

Então, a quebra da inflação e a estabilidade são uma condição essencial. Isso permitiu esse renascimento do Brasil que nós estamos vendo. Mas não é a obra mais importante da nossa sociedade, nem do nosso povo. Acho que o mais importante é a democracia.

A democracia implica descentralização. Hoje, o Governo Federal quase não tem capacidade direta de ação. Ele só pode atuar com o governo dos estados e com os municípios, com os convênios. Ele transfere os recursos, ele fiscaliza os recursos, ele define políticas, estimula, mas ele, hoje, tem que estar articulado. O Brasil deve se articular administrativamente e, por consequência, criar um clima político que permita a harmonia, porque, mesmo quando o prefeito é de um partido, o governador é de outro e o presidente do outro, é preciso articulação. Porque, senão, quem paga é o povo. Ou se cria um clima de compreensão democrática ou o País não avança.

E essa democracia é fundamental, por uma outra razão: é porque, aí, a população vem e reivindica, como disse o Governador. Reclama, pede, exige e não fica satisfeita com o que recebe. Isso é dignidade cívica. Nós temos que entender isso. E, em vez de estarmos a nos queixar porque nos fazem mais pressão, nós temos que ter a capacidade de liderança para resolver essas questões e, também, para aumentar o grau de consciência do País, para que o País saiba o que pode e o que não pode ser feito, para que ele não viva nenhum engano, de uma palavra fácil, de “sim”, um “sim” que comprometa o futuro. Quando for para comprometer o futuro, dir-se-á “não”. Mas, quando for possível, quando se possa tornar possível, cabe ao dirigente avançar.

Este é o Brasil que nós estamos desenhando. Não é só o Brasil das obras físicas, é o Brasil de uma nova sociedade. Houve uma época, nos Estados Unidos, de depressão – nós não vivemos época de depressão –

em que um grande Presidente, chamado Franklin Roosevelt, propôs o que eles chamaram, lá, de *New Deal* – *New Deal* quer dizer um “novo contrato”.

Nós, aqui, vivemos outras circunstâncias. Nos Estados Unidos, o setor privado estava muito mal e o setor público tinha que injetar dinheiro. No Brasil, o setor privado começa a renascer e o setor público não tem dinheiro. Portanto, é outra circunstância. Nós temos que fazer um novo contrato. E esse novo contrato inclui a parceria com a sociedade civil, com as organizações não-governamentais e com o poder local. Uma grande parceria, para definir uma nova sociedade.

Isso é o que nós estamos fazendo. O futuro não é a obra física, só – vai precisar –, não é a moeda, só – vai precisar –, é uma nova sociedade. Uma sociedade mais solidária, uma sociedade mais comprometida. E isso é tão verdade, no Brasil de hoje, que o fato de as televisões terem projetado, para o Sul e para o Sudeste do Brasil, as imagens da seca comoveu o Brasil.

Outro dia, o Governador Tasso Jereissati, lá no Ceará – eu tinha ido ao Ceará para visitar o interior com ele, a zona da seca – ele me disse: “Nas secas do passado, nós tínhamos que fazer um esforço imenso para que saísse alguma notícia delas nos jornais. O Brasil desconhecia”.

Fui, em 93 – era Ministro da Fazenda – ao Nordeste, para organizar uma defesa da população, para que a população possa conviver com a seca, porque a seca é um fenômeno natural. Não vamos acabar com ela. Vamos é criar condições de a população conviver melhor com a seca.

Pois bem, hoje, disse o Governador Tasso, e tem razão: a presença da seca é mais forte no Sul e no Sudeste do que no Nordeste, porque o Nordeste já conhece. Mas o que chocou o Sul e o Sudeste não foi a seca, foi a pobreza. Muitos brasileiros, que não sabem o que é o sofrimento efetivo da população, se chocam quando vêem: “Mas não é possível, nesse Brasil nosso ainda há isso?” Esse é um sentimento bom, essa indignação diante da pobreza. Nós temos que viver indignados enquanto houver pobreza no Brasil.

Nós temos que ter um sentimento de que, por mais que nós façamos e por mais que o Brasil seja um país que já tenha áreas desenvolvidas,

ricas, nós ainda temos muito o que fazer. E esse “o que fazer” é na área dessa nova sociedade. E a nova sociedade não vai ser feita em Brasília, ela vai ser feita nas bases do País.

É por isso que, para mim, é uma alegria imensa me encontrar com todos vocês, que são Prefeitos, Vereadores, Deputados Estaduais, aqui, no Rio Grande do Sul, na parte meridional do Brasil, porque o futuro do Brasil depende de nós, não é de ninguém, não é do Governador Britto, é de nós, é do conjunto dos brasileiros que estão diretamente ligados às questões fundamentais.

E nós vamos tomado as medidas necessárias. Por isso, mudamos, estamos lutando para mudar o Estado brasileiro. Também, nas conversas, no avião, vindo para cá, com alguns dos parlamentares, estava dizendo o seguinte: o Governo tem feito uma série de programas. O Governador Britto mencionou o Pronaf. E, de fato, o Pronaf foi uma reivindicação da Contag, foi feito no meu Governo. No início, nós atendemos a 33 mil famílias. Depois, 300 mil, 500 mil, e vamos crescendo.

Os juros estavam altos. Agora, os juros do Pronaf, dos créditos dados por esse programa – devia ter outro nome, porque esse nome é feio, “Pronaf”; precisa ter um outro nome, mais humano – pois bem, os juros, agora, são de 5,75%. A inflação é de 4%. Portanto, o juro real é 1,75%. E mesmo para quem não é atendido pelo crédito do Pronaf, nós disponibilizamos R\$ 10,3 bilhões, graças ao trabalho do Ministro Turra, que está aqui presente, que convenceu a equipe econômica de que era necessário dar o maior volume possível de recursos. Compare-se que já, no ano passado, em que já se começou a ter um pouco mais de recursos, eram 7 bilhões. Passamos para 10,3 bilhões. E os juros caíram de 9,5% para 8,75%. Os juros internacionais não são longe disso. Pelo contrário, são acima disso. É abaixo da taxa de juros internacionais, para permitir que se plante mais no Brasil.

Agora, quando chega a hora de distribuir o dinheiro, nós não temos capilaridade. As estruturas do Estado brasileiro e mesmo a própria cultura burocrática das instituições financeiras não foram feitas para atender aos pequenos, foram feitas para atender aos grandes. E a decisão tomada em Brasília não chega na ponta porque há um entupimento

burocrático, não por maldade do burocrata –pode até, às vezes, existir alguma perversidade política de não querer dar –, mas é mais grave que isso: é porque custa muito mais caro operar para muita gente empréstimo baixo do que para pouca gente empréstimo alto. Leva tempo para mudar essa mentalidade e depende, de novo, da base, depende da pressão direta dos senhores sobre a burocracia, porque só assim ela funciona, só assim ela pode avançar. E é preciso confiar nos setores da burocracia que são bons, porque há bons setores da burocracia, para que eles próprios promovam essa mudança de mentalidade.

Essa mudança, nós estamos fazendo em todas as áreas de governo. Mencionei o Pronaf. Poderia mencionar que o BNDES, que sempre emprestou aos muito ricos, passou a emprestar, agora, com muita dificuldade – ainda não está fluindo com a velocidade necessária –, às empresas médias e pequenas. Passou a atender a toda a cadeia produtiva para exportação, com juros também privilegiados.

Está acontecendo isso em todos os setores, eu dizia. No setor de saúde, neste programa mencionado pelo Governador Britto, dos agentes comunitários de saúde, quando assumi o Governo, havia 28 mil agentes comunitários de saúde. Hoje, nós temos cerca de 60 mil. E a programação é aumentar velozmente, porque isso é o responsável pela queda drástica da taxa de mortalidade infantil nas zonas mais pobres do Brasil, que está caindo, em média, 40% em dois anos. É uma queda que significa crianças vivas, significa desnecessários assassinatos de crianças.

Essa é, de novo, uma mudança de mentalidade, como é mudança de mentalidade o médico de família, nas regiões mais pobres. E é preciso também, nas periferias das grandes cidades, o médico existir com mais presença, para diminuir a pressão sobre os hospitais, para que nós, progressivamente, sem descuidarmos da medicina hospitalar, sem descuidarmos, portanto, da doença, transformemos as ações do nosso Ministério em verdadeiro Ministério da Saúde e não da doença, através da prevenção, através das campanhas e através também da repressão aos abusos, como tem feito, agora, o Ministro Serra, pedindo que se suspendam laboratórios, que se prendam os mafiosos, aumentando a pe-

nalidade para quem faz falsificação de remédios; fazendo com que os trabalhadores da área de saúde, além de tudo, se dediquem, com mais carinho, com mais amor, àqueles que vão procurar um atendimento hospitalar, porque a população precisa se sentir digna. E ela só se sente digna quando é bem tratada.

É, portanto, um desafio imenso de mudar a mentalidade. Eu poderia mostrar, em várias outras áreas, o que nós estamos fazendo para mudar o enfoque do grande para o pequeno, do centralizado para o descentralizado, do arrogante para o mais digno em termos de cidadania. Essa mudança é que o Brasil está começando – e repito – começando a fazer. É para essa mudança que preciso de vocês. É para uma grande mudança de mentalidade, para que nós tenhamos, realmente, um Brasil solidário, para que nós tenhamos um Brasil de dignidade, que é mais importante ou tão importante quanto um Brasil fazedor. O Brasil é, por natureza, um país capaz de realizar, de fazer, mas ele tem que ser também capaz de humanizar, tem que sentir; as pessoas têm que estar mais próximas umas das outras.

Sem a intermediação dos prefeitos, dos vereadores, das organizações populares, não se consegue mudar, na base da sociedade, os hábitos, os costumes. Nós vamos ficar perdidos em Brasília, um discutindo com o outro, a imprensa relatando conversas, verdadeiras ou falsas, existentes ou inexistentes, e o País, como que um pouco entorpecido por uma falsa política, porque é a política da fofoca, é a política do comentário sobre uns e sobre outros, uma política que parece que, permanentemente, são uns querendo competir com os outros e não sabem o porquê. Dá a impressão de que todos só querem por vaidade ou por amor ao poder. Não, nós temos que acabar com essa visão e olhar para aqueles que querem, realmente, participar da vida pública porque acreditam na *res publica*, na coisa pública. E a coisa pública essencial depende desse enraizamento com o povo e dessa presença cada vez mais ativa do povo junto com as bases da sociedade e com as bases da sociedade política, que são os senhores.

Por isso, fiz muita questão de vir, aqui, agradecer e dizer que o Rio Grande pode confiar, porque o Rio Grande tem rumo, o Rio Grande

tem governo, o Rio Grande tem o que é mais importante: vontade de avançar, vontade de progredir. E o Rio Grande, se no passado era um estado que se queixava, hoje, talvez, reivindique, mas ele é um estado, sobretudo, que acredita em si mesmo, que sabe que é um grande estado e que, por isso, vai para a frente.

E é com esse sentimento que retorno, com um sentimento de ter visto de perto, mais uma vez, os meus compatriotas, as minhas compatriotas do Sul. E os vejo com mais alegria, porque estão mais confiantes de que o povo vai melhorar de vida e estão mais confiantes de que, nessa trajetória pela melhoria do Brasil, nós vamos continuar contando, no futuro, com o grande Governador Antônio Britto.